

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022” E N.º 22/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022”

9 DE NOVEMBRO DE 2021



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 4 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022” e 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a



matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

Os pareceres das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamentam-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2022 inicia-se o segundo ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2022.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2022, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	1.841.540	1.841.540	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	5.000.000	5.000.000	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	5.150.000	5.150.000	
2.4 – Apoio a Idosos	4.418.865	4.418.865	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	11.932.500	11.932.500	
2.12 – Emigrado e Regressado	57.760	57.760	



2.13 – Identidade Cultural e Açorianidade	282.278	282.278	
2.14 – Imigrado e Interculturalidade	45.783	45.783	
4 – Educação	27.047.425	26.622.425	425.000
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	56.268.585	56.268.585	
8 – Cultura, Ciência e Transição Digital	18.548.138	16.822.989	1.725.149
11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria			
11.1 - Juventude	1.678.680	1.678.680	
11.7* – AJEmCIA – Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	160.000	160.000	

*Verifica-se a dotação de 160.000 para a totalidade das áreas, mas somente a “Juventude” é competência da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 12) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 12.15 – SRE – Construções Escolares;
- b) 12.16 – SRE – Reparação das Instalações da SRE;
- c) 12.17 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 12.18 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 12.19 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 12.23 – SRCCTD – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;



g) 12.24 - SRCCTD – Defesa e valorização do Património Arquitectónico e Cultural.

Em nota de abertura, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Joaquim Machado, esclareceu que estava previsto um período de sessenta minutos para cada audição, sendo que, passado este tempo, e havendo ainda questões a colocar, as audições deveriam prosseguir até se esgotarem as perguntas.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

O Secretário Regional iniciou a sua intervenção referindo que as verbas destinadas às políticas de Juventude no Plano e Orçamento da região para 2022 são de 1,6 milhões de euros, representando um crescimento 178 mil euros face a 2021. Partilhou, também, que a execução atual é cerca de 80% e deu nota que “nas verbas para a juventude há uma componente que representa verbas comprometidas no passado, mas que terão de ser pagas em 2021, em 2022 e 2023”, referindo-se aos compromissos assumidos pelo anterior Governo Regional do PS, - cartão Interjovem 154.000 euros e Pousadas da Juventude 80.000 euros -, o que condiciona as verbas globais.

Os grandes objetivos políticos para a área da Juventude em 2022 serão a capacitação dos jovens através da educação não formal, combate a problemas específicos da juventude através da formação, sensibilização e o apoio a projetos de intervenção social; a aproximação dos jovens à realidade socioprofissional; o desenvolvimento do espírito de Cidadania e participação ativa na sociedade, fazendo crescer o sentimento de pertença dos jovens aos Açores e à identidade açoriana. Para além disso, há um conjunto de abordagem que já foram sendo feitas ao longo do ano 2021 e que serão aprofundadas em 2022, como o programa MOOV (Mobilidade, Ocupação e Orientação Vocacional); a Academia Empreendedora e, a nível escolar, a Educação para o Empreendedorismo. Prevê-se, igualmente, e a inclusão do ensino superior na Academia supramencionada.

Feita esta apreciação, abriu-se o período de perguntas para o esclarecimento de dúvidas dos deputados.

Inscreveu-se, primeiramente, o deputado José Pacheco (CH) para questionar o governante acerca da criação do Centro de Qualificação dos Açores, tendo recebido a informação que “Aquilo que está previsto é que já em 2022 se possam iniciar as obras. Temos já um milhão de euros de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2022”. O governante revelou



que “está a ser ultimada” uma proposta de decreto legislativo regional para “transformar a escola das Capelas no Centro de Qualificação dos Açores”. Acrescentou, ainda, que o Governo Regional pretende passar a tutela daquela escola profissional da secretaria da Educação para a pasta da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, “O nosso objetivo é trazer escola das Capelas para o século XXI em termos de equipamentos e edifícios, mas também em termos de projeto”, afirmou.

O Secretário Regional Duarte Freitas avançou que a região vai dispor de oito milhões de euros para a renovação das escolas profissionais, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

De seguida, pediu a palavra o deputado Vílson Gomes (PS) que quis saber qual a ação ligada à formação dos jovens na área da ciência e tecnologia, tendo sido esclarecido que a formação tecnológica está nas verbas da Direção Regional da Qualificação Profissional. O que se pretende é abrir três cursos no Terceira *Tech Island*, conforme vontade também expressa pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. O governante referiu, igualmente, que se pretende dar capacidade às Associações Juvenis com a atribuição de equipamentos tecnologicamente adequados à sua atividade – há, inclusivamente, uma ação nova criada para este efeito com uma verba de 30.000 euros.

Seguidamente, o parlamentar do PSD Flávio Soares enalteceu as políticas do executivo, defendendo que o Orçamento da região representa uma “aposta clara na capacitação e formação” dos jovens açorianos. Feito este reconhecimento, questionou qual a estratégia base e macro do Governo Regional dos Açores para cumprir este seu desígnio, mais concretamente, a capacitação e formação de jovens.

Em resposta à questão colocada, o governante deu uma visão mais lata da estratégia do Executivo, lembrando que se pretende passar a Escola Profissional de Capelas a Centro de Qualificação; transferir o ensino profissional da tutela da Educação para a da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego e finalizar um decreto legislativo regional sobre políticas da juventude. Em suma, são três decretos legislativos regionais que estão a ser trabalhados – políticas da juventude, políticas de formação e emprego, Centro de Qualificação dos Açores – e que operacionalizam a reforma esperada. Em termos de ações concretas que já arrancaram e que representam uma nova abordagem às políticas da juventude, o governante elencou três - o MOOV, o Associativismo e a Academia Empreendedora. Pretende-se mudar as mentalidades dentro da escola em relação ao empreendedorismo, criar incubadoras de empresas junto das Escolas Profissionais e preparar um livro branco de qualificação profissional.



Há uma lógica integrada e uma nova abordagem política que fará com que se altere a mentalidade, melhore a capacitação e se dê um incentivo aos jovens nos Açores.

O deputado Vílson Gomes (PS) perguntou ao Secretário Regional o porquê de se inscrever uma norma no Orçamento da região que altera o limite de financiamento das associações beneficiárias de apoio do programa de incentivo ao associativismo juvenil e do programa de apoio ao empreendedorismo social, passando de 30% para 15%.

O governante referiu que se está em fase de mudança de quadro comunitário de apoio e há que criar condições para ter flexibilidade que os novos regulamentos nos possam trazer, daí serem criadas normas para garantir a captação de verbas comunitárias. Pretende-se fazer algo que até aqui não era feito - aceder a verbas do Fundo Social Europeu para apoiar políticas de juventude. Face à situação política nacional, perder-se-á cerca de um semestre, pelo que o objetivo de ter o programa operacional negociado no primeiro semestre de 2022 não deverá acontecer.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Secretário Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção a dar nota que, em termos de Orçamento a Plano, sem as obras públicas na área da saúde e do desporto, há um valor global de 435 milhões de euros. Há um aparente decréscimo em relação ao ano transato, que se prende com as despesas da Covid-19. Se em 2021 as despesas da covid-19 eram de 14,8 milhões de euros, em 2022 estão previstos 6 milhões de euros, o que significa que sem as despesas covid-19 tínhamos, em 2021, cerca de 50 milhões de euros e em 2022 são 54 milhões de euros.

No que toca às ações em concreto, o Secretário Regional destacou algumas por serem merecedoras de uma atenção particular, a saber as ações:

5.2.1 - Equipamentos para unidades de saúde de ilha e Centro de Oncologia dos Açores – uma área muito carenciada que terá um aumento significativo no ano de 2022, passando de 1.7 para 5.9 milhões de euros.

5.4.1 (Plano Regional da Saúde), 5.4.3 (Plano Nutrição das Escolas), 5.4.4 (Plano da Saúde mental), 5.4.5 (Estratégia regional para a prevenção e controlo do cancro), 5.4.6 (Programa de Literacia em Saúde) - Conjunto de ações relacionadas com planos que estão em fase final e serão implementados no próximo ano, com uma perspetiva preventiva e promotora de



cuidados primários que consolida a estratégia do Governo Regional relativamente à abordagem na saúde. Estes serão programas sem resultados visíveis no imediato, mas só iniciando de uma forma determinada este tipo de processo é que se conseguirá obter resultados para as próximas gerações.

5.4.7 - Acessibilidades - deslocação de doentes – o serviço de apoio ao doente deslocado é muito deficitário, pelo que urge prestar uma atenção especial ao mesmo tendo em conta a sua importância.

5.5.1 - Capacitar o SRS de recursos humanos - fixação de profissionais de saúde – há um reforço significativo, um incremento de 250 para 500 mil euros, para este fim. Já existem normas, através do Orçamento da região, de incentivo que estimulem os profissionais de saúde (tanto médicos como enfermeiros) a fixarem-se nos Açores, dado haver um grande défice a este nível.

5.5.3 - Formação em saúde – O investimento permanente nas pessoas passa, também, pela melhoria das suas capacidades e competências, pelo que a formação é essencial e motiva o profissional para o seu trabalho.

5.6.2 - Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização) – numa região como a nossa é muito relevante, daí a dotação de cerca de 550 mil euros.

5.6.4 - Melhoria da performance de prestação do Serviço Regional da Saúde – tem alocada uma verba significativa (2.773.243 euros) para a criação de mecanismo e processos que promovam a melhoria dos serviços prestados.

5.6.5 - Digitalização do setor da saúde – com montante de 3.273.276 euros, prevendo-se, assim, a melhoria no acesso aos dados, visto que atualmente os Centros de Saúde e os Hospitais têm sistemas distintos, levando a que não haja uma circulação da informação.

5.7.1(Retoma e recuperação da atividade), 5.7.4 (Vale Saúde) e 5.7.5 (CIRURGE) –ações que visam combater as listas de espera, totalizando a verba de 4.110.000 euros contra 3.400.000 euros do ano anterior.

5.8 - Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências – Há uma aposta clara na prevenção e está em fase final o Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências para ser operacionalizado em 2022.

Ao nível do desporto, o governante destacou uma série de iniciativas que são também preventivas e promotoras de saúde, sendo que algumas são de continuidade e outras estão em fase final de planificação para serem levadas a cabo em 2022.



Há uma aparente redução na área do desporto, que, em bom rigor, não corresponde a um desinvestimento. As verbas atribuídas a esta área não contemplam, este ano, aquilo que foi uma realidade específica do ano transato – o apoio extraordinário devido à pandemia. Para além disso, houve uma redução de custos de deslocação de atletas devido à tarifa Açores, pelo que também isso foi tido em conta no investimento para o próximo ano.

A terminar, o governante justificou a redução de cerca de 55 milhões de euros nas verbas destinadas ao setor no Orçamento da Região para 2022 com a falta de autorização de endividamento para pagamento de dívida anterior.

“Há uma diferença de cerca de 55 milhões de euros e que decorre única e simplesmente de não estar previsto pagamento de dívida anterior. Não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do Serviço Regional de Saúde. Não há nenhuma redução de verba ou de capacidade de resposta ao nível dos cuidados assistenciais”, afirmou o titular da pasta da Saúde nos Açores.

Feita a sua explanação, foi aberto o período de questões, tendo-se inscrito o deputado Pedro Neves (PAN) que referiu ver com bons olhos várias das medidas inscritas no Plano e Orçamento da região, mas salientou que não pode concordar com a leitura do governante de que não houve uma quebra na despesa e na receita. Há que robustecer a área da Saúde, pelo que as verbas para este ano deveriam acompanhar as do ano transato ou até mesmo aumentar em relação às mesmas. Perguntou, então, a razão de se assistir a uma redução de 8,5% no investimento e de 155 milhões de euros no orçamento, relativamente a 2021. Fez, também, uma chamada de atenção em relação à verba destinada às obras do Hospital da Horta, referindo ser um valor insuficiente para aquilo que se pretende.

Em resposta às questões colocadas, o Secretário Regional Clélio Meneses lembrou que não houve uma redução de investimento. No ano de 2021 o valor dispensado era de 64,7 milhões de euros, sendo que destes, 14,8 milhões se destinavam às despesas da Covid-19. Para o ano de 2022, o valor será de 63 milhões de euros, sendo que apenas 6 milhões se destinam a despesas Covi-19. Assim, a termos estes dados em conta, e retirando o valor referente à despesa Covid-19, há um aumento no investimento para 2022.

No que toca ao Orçamento, o de 2021 tinha uma verba de cerca 418 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde (SRS) e em 2022 tem cerca 364 milhões de euros, uma diferença de 55 milhões de euros que se destinavam exclusivamente ao pagamento de dívidas da Governação



Socialista, pelo que não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Já em relação o Hospital da Horta, os parlamentares foram informados de que foi aberto um concurso para as obras, mas o mesmo ficou deserto. Para não se correr o risco de colocar valores que poderão não ser executados, optou-se por fazer a intervenção de forma faseada, mas a haver algum empreiteiro interessado em avançar com a totalidade da obra, far-se-á uma revisão da situação.

Seguidamente, pediu a palavra o deputado José Pacheco (CH) que questionou qual o investimento a ser feito na prevenção e no combate às toxicodependências, bem como os moldes em que o mesmo será feito. Perguntou, também, em que ponto estava a dívida aos fornecedores.

O Secretário Regional explicou que o Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências está a ser ultimado e foi construído com vários contributos. Pretende ser um processo transversal de envolvimento da sociedade a vários níveis como a sensibilização, a formação, a realização de atividades e o envolvimento de autarquias locais. Em relação à dívida, deu nota que o atual executivo herdou uma dívida a fornecedores do SRS na ordem dos 150 milhões de euros, que pretendia pagar “no espaço de dois, três anos”.

“Em 2021, havia a previsão de se reduzir em cerca de 75 milhões de euros. O que é certo é que grande parte deste valor, dependendo da autorização do Estado para ser feita essa dívida para pagamento de dívida, não foi autorizado. Já foi pago cerca de 25 milhões de euros e conta-se pagar um valor ainda significativo até ao final do ano”, apontou, sem especificar valores concretos.

Sem autorização de endividamento do Governo da República, em 2021, e sem Orçamento do Estado aprovado para 2022, o executivo açoriano está “a estudar outras alternativas, que neste momento ainda não estão definidas”, para reduzir essa dívida, mas o governante remeteu mais esclarecimentos para a tutela das Finanças.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) interveio e voltou a questionar a redução dos valores para a Saúde, comparativamente a 2021. A deputada perguntou, ainda, em que ações se encontravam os montantes correspondentes às verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).



A deputada bloquista foi esclarecida acerca da aparente redução, tendo o Secretário Regional explicado, mais uma vez, o que já havia explicado na sua intervenção inicial e na resposta que dera ao deputado Pedro Neves (PAN). Em relação à segunda questão, fez referência às ações 5.6.4 (Melhoria da performance de prestação do Serviço Regional da Saúde) e 5.6.5 (Digitalização do setor da saúde) como aquelas que concretizam as verbas do PRR.

A intervenção seguinte ficou a cargo do deputado Tiago Lopes (PS) que, numa breve apreciação das propostas de Plano e Orçamento para 2022, referiu que nas despesas da região especificadas segundo a classificação orgânica estão previstos 418 milhões de euros em transferências para o SRS e, a manter-se o ritmo de execução até agora verificado, ficarão por executar 50 milhões de euros. Nesta sequência, perguntou por que razão se está a transferir menos para o SRS.

O deputado referiu, igualmente, que a dívida a fornecedores interfere no funcionamento do SRS, ao contrário do que foi dito pelo governante. Perguntou, portanto, qual o montante da dívida que o Governo Regional pretende pagar até ao final do ano e se consegue assegurar que até ao final do ano será transferida a totalidade da verba prevista no Orçamento para 2021, para o funcionamento do SRS.

Em jeito de esclarecimento, o titular da pasta da Saúde voltou a frisar o que já dissera anteriormente - o Orçamento de 2021 tinha uma verba de cerca 418 milhões de euros para o SRS e em 2022 tem cerca 364 milhões de euros, ou seja, um decréscimo de 55 milhões de euros. Tal acontece única e exclusivamente por não estar previsto o pagamento da dívida anterior. Não há qualquer tipo de redução ou de afetação do funcionamento do SRS. Não há nenhuma redução de verba ou de capacidade de resposta ao nível dos cuidados assistenciais.

No que diz respeito à execução, só no final do ano se poderá fazer uma análise completa sobre o que foi ou não executado, pelo que as ilações do deputado Tiago Lopes (PS) não fazem sentido.

Da bancada do PSD, pediu, primeiramente, a palavra a deputada Ana Quental que começou por registar que o XIII Governo Regional dos Açores marca um ponto de viragem no financiamento da Saúde. Relembrou que de 2013 a 2019 os montantes afetos ao Orçamento para a área da Saúde nunca ultrapassaram os 305 milhões de euros, ficando abaixo da atual proposta de Orçamento para 2022, que é de 364 milhões de euros. Centrando a sua atenção na proposta em análise, e tendo em conta o que está previsto nos artigos 56.º a 59.º (Rede de cuidados integrados; atualização da comparticipação diária atribuída aos doentes do Serviço Regional de



Saúde deslocados e seus acompanhantes; atualização do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos e atualização do complemento especial para doentes oncológicos – CEDO), a deputada quis saber qual o esforço orçamental que o Governo Regional necessita fazer para que as medidas referidas sejam aplicadas.

Em resposta à questão, o governante referiu que as medidas serão executadas mantendo níveis de investimento superiores aos anos anteriores e assegurando que não há nenhum tipo de redução financeira que afete o SRS. Com o trabalho que está a ser feito ao nível da elaboração de legislação para pagamento suplementar médico, em circunstâncias excecionais, poupar-se-á dinheiro, dado que se vai remunerar melhor os quadros do SRS, poupando-se em prestações de serviços.

Uma segunda intervenção dos sociais-democratas foi da responsabilidade da deputada Salomé Matos que, depois de deixar uma nota positiva em relação à introdução da medida inscrita no artigo 61.º do Orçamento - Incentivos à fixação no SRS – carreira de enfermagem -, questionou se se prevê, no decreto legislativo regional, afetar valores, de forma discriminada, por zonas para esta mesma fixação, tal como previsto para os médicos.

De forma sucinta, foi esclarecida que serão discriminadas positivamente as ilhas que têm maior carência de profissionais de enfermagem. Pretende-se, a breve trecho, decidir sobre esta matéria no Conselho de Governo.

De seguida, pediu para intervir o deputado Vílson Gomes (PS) que começou por realçar que se assiste a um corte de cerca de 600 mil euros na área do desporto e questionou se houve alguma articulação com os agentes desportivos para a tomada de tal decisão.

Em réplica, o governante admitiu uma redução de verbas, face a 2021, justificando-a, em parte, com o facto de deixar de ser necessário implementar “um programa de apoio extraordinário aos clubes” devido à covid-19, na ordem dos 190 mil euros. Por outro lado, disse que devido à tarifa Açores, que permite viajar entre ilhas por um preço máximo de 60 euros, foi possível reduzir em 320 mil euros os apoios destinados à deslocação de atletas.

Interveio, seguidamente, a deputada Ana Quental (PSD) que questionou o titular da pasta da Saúde acerca do número de médicos já contratados para o SRS. Quis, ainda, saber quantos mais se prevê contratar com as novas medidas e incentivos.



O governante deu nota que, entre novembro e agosto, o Serviço Regional de Saúde contratou “622 profissionais de saúde”, dos quais “84 médicos”. O que se pretende é dotar os quadros de Unidade de Saúde com recursos humanos suficientes para dar estabilidade e deixar de se estar na dependência de prestadores de serviço.

Pedi, novamente, a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que acusou o Governo Regional de incluir o pagamento da dívida no Orçamento, quando já sabia que não o poderia cumprir.

“Este Governo, quando elaborou a anteposta e a proposta de Orçamento, já sabia que não podia obter a autorização”, frisou, alegando que foi o Banco de Portugal que deu um parecer negativo ao “pedido de dívida no montante que foi solicitado pelo Governo Regional”.

O responsável pela pasta da Saúde referiu, mais uma vez, que estava previsto o pagamento de 75 milhões de euros, mas na proposta de Orçamento não há dotação inscrita para pagamento da dívida comercial da Saúde, tendo o Secretário Regional justificado com o facto de o pagamento depender da autorização do Estado, sendo que não foi autorizado. Adiantou que já tinha sido pago cerca de 25 milhões de euros e que se conta pagar um valor ainda significativo até ao final do ano.

Para um pedido de esclarecimento, o deputado Pedro Neves (PAN) tomou da palavra para referir que não se pode esquecer dos 700 milhões de dívida da “Saudaçor”, porque esta tem de ser somada à dívida a fornecedores, no valor de 150 milhões, também deixada pelo executivo anterior. Uma vez que o Secretário Regional das Finanças, dentro do Orçamento Regional, pediu autorização para conseguir refinarçar o crédito e as obrigações que temos no valor de 3.500 milhões de euros, o deputado quis saber se houve alguma influência da tutela da Saúde na negociação, visto ser a secretaria com maior fatia em dívida.

Em resposta, o Secretário explicou que o valor da dívida foi integrado na dívida da Região, remetendo as explicações sobre esta matéria a quem de direito. A parte que diz diretamente respeito à tutela da Saúde é, neste momento, a dívida aos fornecedores.

Quase a terminar, pediu a palavra o deputado Vílson Gomes (PS) voltando a referir que a redução de verba no desporto será prejudicial para os clubes desportivos. Neste seguimento, perguntou se este seria o momento certo para acabar com o programa de apoio extraordinário e realçou, pela negativa, valores gastos em diferentes rúbricas dentro da área do desporto. Em resposta, foi esclarecido, novamente, que a atividade desportiva nos Açores está normalizada.



O governante explicou que as despesas feitas tinham de ser comprovadas, tendo havido uma redução na despesa de deslocações de atletas devido à tarifa Açores.

Por último, interveio a deputada Ana Quental (PSD) para saber o que está previsto no Orçamento para honrar os compromissos de atualização de carreiras da saúde e se está previsto negociar a revisão das outras carreiras ainda não contempladas.

Em resposta, obtive a informação que se está a negociar com representantes dos profissionais das carreiras gerais e, ainda, carreiras médicas. Este processo é moroso porque são muitos profissionais e, sempre que surge uma dúvida relativamente à contabilização do tempo de serviço, a mesma segue trâmites até obter resposta, mas prevê-se começar a pagar as atualizações nas próximas semanas.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL:

A Secretária Regional iniciou a sua intervenção referindo que o Governo dos Açores prevê investir em 2022 cerca de 9,4 milhões na área da Cultura e 17,2 milhões na Ciência, segundo a proposta do Orçamento da região. Destacou que dos 9,4 milhões alocados à Cultura, 3,1 são destinados a obras, estando por isso no “plano de ação da secretaria regional das Obras Públicas”, acontecendo o mesmo com o orçamento para a Ciência, que inclui também cinco milhões de euros destinados às obras de ampliação do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, o Nonagon.

A governante explicou que a área da Cultura se divide em duas partes, nomeadamente a dinamização cultural, que prevê um ligeiro acréscimo de valor de 6,1% devido aos constrangimentos que houve nessa área devido à pandemia, e defesa e valorização do património. Em relação à dinamização cultural, a Secretária Regional listou uma série de eventos e atividades que serão apoiados no decorrer do ano. Já no que respeita à defesa e valorização do património, haverá uma ligeira redução de verba porque se pretendeu privilegiar o apoio direto aos agentes culturais. Elencou, porém, várias intervenções e apoios neste âmbito, salientando também obras que continuarão ou arrancarão e que estão previstas no Plano e Orçamento de 2022.

Relativamente à Ciência, a secretária regional da Cultura, Ciência e Transição Digital realçou que o executivo vai “aumentar o apoio à tripolaridade” da Universidade dos Açores, que passará de 500 para 650 mil euros em 2022, dar um apoio ao funcionamento dos centros de investigação,



apoiar projetos de investigação em contexto empresarial, bem como a internacionalização da investigação regional, apoiar *summer schools* ou projetos de formação. Através do Fundo Social de Ciência e Tecnologia, a tutela irá continuar a promover a concessão de bolsas de investigação, projetos de integração de recursos altamente qualificados em meio empresarial. No que respeita aos Centros de Investigação, foram ajustados os vencimentos dos seus trabalhadores e foram concedidos outros apoios que terão continuidade. Será concluído o trabalho de revisão da RIS3 (Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation) e será equipado o laboratório de inovação em produtor lácteos, bem como fornecido o imobiliário do TERINOV.

No âmbito da área do espaço, a governante deu nota que estava a ser concluída a implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço e que se iria proceder ao diálogo para a instalação da estação geodésica na ilha das flores. Para além disso, referiu a participação no desenvolvimento da plataforma de licenciamento das atividades espaciais, o contrato-programa com a Associação RAEGE Açores, ações com vista ao desenvolvimento e implementação do projeto do *SpacePort* na ilha de Santa Maria e a continuação de participação no programa **SST** (Space Survey and Tracking) na ilha Terceira.

Por último, a nível da transição digital, a Secretária Regional explicou que serão desenvolvidas ações com vista à promoção e implementação da transição e transformação digital, será concluído o projeto de autonomia digital e serão apoiados diversos projetos.

Feita a sua exposição, foi aberto um período de esclarecimentos. Neste seguimento, inscreveu-se o deputado do PAN, Pedro Neves, que questionou a necessidade de existirem verbas destinadas à “inovação dos produtos lácteos”, uma vez que existe uma rubrica idêntica no orçamento da secretaria da Agricultura, afirmando que o executivo aloca “parcos recursos para a ciência e para a cultura”, tendo a governante retorquido que houve problemas com o concurso do laboratório de produtos lácteos, tendo parte do mesmo ficado deserto, pelo que não há, ainda, a garantia que se possa executar toda a verba alocada a esta rubrica. Adiantou, ainda, que o trabalho realizado a propósito do laboratório tem sido feito em articulação com a Secretaria Regional da Agricultura.

O deputado questionou, igualmente, sobre a contratação de investigadores para os centros de investigação, tendo sido esclarecido que se pretende apoiar a investigação, porque o apoio dado pelo Governo da República não é suficiente.



A deputada do BE Alexandra Manes lamentou que a cultura seja a “parente pobre do orçamento” e criticou a “continuidade do desinvestimento” no setor. Questionou, depois, que ações estão afetas ao turismo cultural e onde ficam os interesses da arqueologia em terra. No que concerne a candidaturas referenciadas ao património imaterial, a deputada quis saber como serão as mesmas efetuadas. Por último, referiu que, mesmo havendo um aumento na verba destinada à dinamização cultural, a mesma parece insuficiente, e perguntou a razão para tal.

Em resposta, a governante concordou que, de facto, a verba dispensada para o setor da cultura não era o desejável, no entanto foi a possível face às contingências atuais, onde se incluem o combate à pandemia, as dívidas à Sata, entre outros. Apesar do referido, garantiu que os agentes culturais têm sido apoiados. No que concerne à arqueologia, a Secretária Regional deu nota que existem verbas para esta área e explicou que o edifício onde se sediam os serviços da mesma irá ser alvo de obras. Por último, deu nota que o trabalho feito ao nível das candidaturas ao património imaterial segue os trâmites naturais e que, no Plano, existem ações de sensibilização para a educação.

Já a parlamentar do PS Célia Pereira quis saber a que se destina a dotação prevista de 2.734.000 euros para a dinamização de atividades culturais para o próximo ano e, desta verba, quanto caberá aos agentes culturais, tendo sido informada que a taxa de execução atual, no que concerne à dinamização cultural, está próxima dos 100% e que o apoio aos agentes culturais está devidamente detalhado no Plano e Orçamento.

O deputado Rodolfo Franca (PS) também alertou para a “contínua queda do investimento na defesa património cultural”. Questionou, seguidamente, a governante como a mesma justifica a redução de investimento na área da dinamização cultural. Acrescentou que o apoio à arte contemporânea dos Açores perde, igualmente, verbas, perguntando à responsável pela pasta da Cultura o fundamento desta decisão. Quase a terminar, o deputado fez referência a uma nova rubrica que cria uma verba para o Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A, questionando a razão do seu surgimento e como esta medida se enquadra no princípio da descentralização da cultura na Região. Por último, pediu que a governante comentasse a redução de investimento na defesa e valorização do património arquitetónico e cultural.

Em réplica, a governante explicou que na área da dinamização cultural foram feitas alterações significativas entre rubricas e que, por tal, se assiste ao desdobramento de algumas rubricas, referindo, a título de exemplo, a verba destinada ao Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A, que já existia, mas surgia integrada noutra. Esta nova redistribuição faz com



que se assista a aparentes reduções de investimento em determinadas ações, mas que, na realidade, foram, somente, clarificadas, para uma maior transparência na leitura do investimento feito. Por fim, a Secretária Regional lembrou que, quando o deputado faz uma análise comparativa com o ano 2020, teria de ter em conta a taxa de execução que foi, em vários casos, demasiado baixa ou nula. “É preferível ter um orçamento mais realista, mas que se consiga concretizar”, advogou a Secretária Regional.

O deputado do PSD Flávio Soares perguntou à governante se o Orçamento para 2022 contempla verbas para a conclusão das obras do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, que se arrastaram por 14 anos na governação socialista.

Na resposta, Susete Amaro afirmou que existem “verbas muito significativas” para aquele museu, referindo que o executivo está a procurar as “melhores soluções para concluir o quanto antes” as obras, sem, contudo, especificar os valores em causa.

Seguidamente, pediu, novamente, a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que indagou a governante sobre a intenção ou não de diversificar as áreas de investigação nas tecnologias espaciais, tendo sido informada que as áreas específicas em que cada investigador trabalhará serão da sua responsabilidade e que, a apresentarem projetos de qualidade, serão, naturalmente apoiados.

Novamente na posse da palavra, o deputado Rodolfo Franca (PS) perguntou qual a estratégia apresentada para a descentralização da cultura, ao que foi informado que este trabalho está a ser feito e continuará a ser feito, pois pretende-se promover a mobilidade nos projetos e estão previstas dinamizações culturais por todo o arquipélago.

A terminar, o deputado Flávio Soares (PSD) perguntou que consequências trouxeram os problemas identificados no projeto para o Museu Carlos Machado e se os mesmos terão impacto nas verbas destinadas ao Museu, previstas no Plano e Orçamento de 2022. Perguntou, ainda, quem foi responsável pelo projeto e quando é que o mesmo tinha sido elaborado.

Em resposta, a governante especificou alguns dos problemas, em termos de estruturas e referiu que as condicionantes atrasaram o projeto, levando a que algumas verbas não conseguissem ser executadas, transitando, assim, para o próximo ano, e fazendo com que alguns dos novos projetos previstos tivessem de ser atrasados. A Secretária Regional concluiu a sua intervenção dando nota que o projeto tinha sido feito pela Direção Regional da Cultura, pela governação



socialista. A governante afirmou que se estava a encontrar as melhores soluções para concluir a obra, não descartando a possibilidade de se ter de fazer alguns reajustes.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO:

A Secretária Regional da Educação iniciou a sua intervenção explicando que os investimentos na Educação em 2022 são de 54,7 milhões de euros, um aumento de 45% face a 2021. “Olhando apenas para a Secretaria da Educação, o investimento é de 26,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 25% no investimento, por comparação com 2021”, afirmou a governante.

A responsável pela pasta da Educação destacou o “aumento significativo” do investimento destinado à escola pública, cerca de 19,6 milhões de euros, ou seja, “74% do Plano”, por oposição aos 66% do ano de 2021.

A Secretária Regional destacou, também, a ação social escolar que tem uma dotação de cerca de 10 milhões de euros e as escolas digitais mais de 6 milhões de euros, o que representa um aumento muito significativo. A governante disse ainda estar previsto um investimento de 136 mil euros em projetos educativos e um aumento de 250 mil euros para 600 mil no prémio de Mérito Escolar.

A promoção do sucesso e o combate ao abandono escolar precoce recebem, em 2022, um aumento de 200 mil euros, passando de 300 mil euros em 2021 para 500 mil euros no próximo ano.

A governante apontou também o “investimento significativo na colocação de pessoal docente e não docente”, que, em 2022, se traduz, no Orçamento, num “aumento de 10 milhões de euros”. Na globalidade, a Educação conta com um orçamento de 278,2 milhões de euros.

Terminada a sua explanação, pediu a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que começou por referir que há um aparente incremento de verbas na educação, mas que ficam as dúvidas quanto à execução das mesmas. Disse ainda que se confirma o que há muito diz o PS: também na Educação, não se compreendem as opções em função de um objetivo claramente traçado. Feita esta consideração, perguntou como se explica um incremento na educação sem que o mesmo se traduza num aumento de verbas alocadas aos projetos pedagógicos ou educativos; o que se pretende com um renovado investimento na avaliação externa do ProSucesso, questionando se o que se pretende é dar continuidade ao Programa ou apenas continuidade da Avaliação Externa porque eventualmente a presente não satisfaz, e, por fim, por que razão se passou de



investimento de 300.000 euros para 500.000 euros na promoção ao sucesso educativo e no combate ao abandono escolar precoce, um valor superior ao ano transato, mas abaixo do que foi apresentado em 2020, que foi de 600.000 euros.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional explicou que existe um real investimento e incremento nas verbas destinadas à educação. No que toca aos projetos, o governo anterior tinha uma dotação de 3.300.000 euros na rubrica do ProSucesso, sendo que a grande fatia desta verba era com programas ocupacionais (mais de 3 milhões). Para além disso, em 2020, foram previstos cerca de 178 mil euros em equipamentos de proteção individual nas escolas, que não estavam integrados na rubrica nos equipamentos, mas sim alocados ao ProSucesso. Também tinham despesas globais em média de 10.000 euros em viagens, uma rubrica em que o Executivo atual corta, passando de mais de 30 mil euros em 2020 (em viagens e estadas), para perto de 1.500 euros. Já no que toca à verba destinada à promoção ao sucesso educativo e no combate ao abandono escolar precoce, a governante confirmou que, de facto, o executivo anterior inscrevia nos planos 600.000 euros, mas, reiteradamente, tinha uma taxa de execução de 0%. Deu nota da pretensão do atual Executivo em realizar projetos em parceria com associações locais, para que em regime de completamento de horário possa ter um investimento em educação não formal.

Seguidamente tomou a palavra a deputada Délia Melo (PSD) que começou por elogiar o facto de haver um aumento significativo do investimento na Educação. A deputada voltou a questionar a Secretária Regional a razão de se alocar uma verba para a avaliação externa do ProSucesso se havia já uma avaliação muito recente. Por fim, quis saber se a governante disponha de dados acerca da taxa de execução na área da Educação, visto a argumentação do deputado socialista se centrar muito na baixa execução por parte desta secretaria no primeiro semestre do corrente ano.

Em resposta, a responsável pela pasta da Educação explicou que a avaliação externa inscrita no Plano serve para dar cumprimento a um compromisso do Governo Regional que é o de avaliar todos os seus projetos educativos. Relembrou, também, que na sequência do que foi proposto pelo Bloco de Esquerda – a avaliação do modelo e dos impactos do ensino à distância – já há negociações com a Universidade dos Açores para se fazer a avaliação externa do ensino à distância. Quanto a níveis de execução, e com a ressalva de que o ano ainda não está concluído, a Secretária Regional deu nota que até 31 de outubro a taxa de execução das ações de investimento se situava nos 76% contra 68%, no ano transato e em período homólogo, tendo havido, nesse campo, uma melhoria. A governante explicou que o mesmo se verifica em relação à despesa paga, no mesmo período referido, a saber, 56% em 2020 contra 66% em 2021.



Pediu, novamente, a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que questionou a decisão de redução no apoio, para metade, a alunos portadores de deficiência, a quebra de investimento na formação de pessoal docente e não docente e a redução das verbas para a atividade física e desportiva, bem como a atribuição da verba nesta última rubrica, na sua totalidade, para a mesma ilha.

Em jeito de réplica, a governante esclareceu que as quebras de investimento mencionadas nas questões irão entroncar na rubrica das escolas digitais. Esta rubrica permitirá adquirir equipamentos que são também requeridos por alunos com deficiência e fazer formação para pessoal docente e não docente pela via digital. Já no que toca à atividade física e desportiva, as execuções anteriores, tendo em conta os anos pré-covid, eram manifestamente inferiores à verba alocada a esta ação no ano de 2022.

Na sequência do que foi explicitado, a deputada Délia Melo (PSD) questionou se a tarifa Açores também contribui para uma menor despesa na área da atividade física e desportiva, ao que foi esclarecida que em toda a matéria em que possa haver uma contenção de despesas, ela é sempre feita. Deste modo, reduziu-se nas deslocações por via da referida tarifa, mas não se reduziu no desporto escolar, até porque há parcerias com a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto que investe em diferentes dinâmicas junto da população estudantil, direcionadas sobretudo aos mais pequenos, pelo que as verbas a dispensar para o efeito são da responsabilidade desta última Secretaria.

Por último, pediu a palavra a deputada Ana Luis (PS) que pediu esclarecimentos em relação a duas rubricas que têm a mesma designação – construções escolares afetas à Secretaria Regional da Educação e à Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações. A deputada quis, ainda, saber, a que se destinava o montante previsto na ação 12.15.1 - Reparação da EBI da Horta.

A Secretária Regional explicou que o valor afeto à Secretaria que tutela destina-se às pequenas reparações que vão surgindo nos estabelecimentos de ensino, já o que surge alocado à Secretaria das Obras Públicas e Comunicações é direcionado para outras intervenções, tendo referido que a verba destinada à Escola Básica e Integrada da Horta é para o projeto da segunda fase da obra, dada a necessidade de se proceder a uma revisão do projeto existente, para que em 2023 as obras possam, efetivamente, arrancar.



DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Vice-Presidente iniciou a sua intervenção a fazer referência às dificuldades sentidas no ano de 2021 devido à pandemia, ano em que o Governo Regional dos Açores teve de preparar o regresso faseado à normalidade. O Plano e Orçamento para 2022 não descarta os efeitos da pandemia e continua a atender às necessidades da população nos diversos domínios, pretende-se avançar e consolidar o caminho de mudança, contando, para tal com as verbas comunitárias. As medidas previstas para 2022, em matéria de Solidariedade Social, valorizam os açorianos e estão direcionadas para corrigir os entraves ao desenvolvimento social. No caso da Vice-Presidência, será um ano de consolidação do trabalho realizado e da promoção de novas medidas dirigidas ao setor social solidário. Serão, para tal, alocados ao Plano cerca de 28 milhões de euros. Destacou, de seguida, algumas das ações que considera prioritárias:

- Apoio financeiro, na ordem dos 400.000 euros, às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias para suportar gastos extra devido à Covid-19;
- Apoio às famílias, na ordem dos 7 milhões de euros, para pagar o complemento de abono de família (que aumentará 5% em relação ao ano de 2021), refeições escolares em períodos não letivos, entre outros;
- Combate à pobreza - nova avaliação do plano regional contra a pobreza, integrando o contributo, também, da educação e da qualificação profissional;
- Apoio ao estudo - “mais 400 mil euros” para bolsas de estudo destinadas às “famílias mais pobres” e 251 mil euros para a “criação de pontos de estudo” para apoiar “jovens provenientes de contextos sócio económicos desfavorecidos”, apoio ao pagamento de propinas e prémio de mérito, isenção das mensalidades nas creches até ao 13.º escalão;
- Requalificação e ampliação de creches;
- Formações a famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção, com uma verba de 300 mil euros;
- Incentivo à natalidade com um investimento de 1,2 milhões de euros;
- Programa Compamid, com 3 milhões de euros;
- Rede de cuidados continuados, com 750 mil euros;



- Projeto “Novos Idosos”, com um investimento de 1.300.000 euros, assumindo-se como um projeto piloto que conta com verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

O Vice-Presidente deu, também, nota que se está a rever o Estatuto do Cuidador Informal, para que no ano de 2022 estes cuidadores já possam realizar o seu trabalho ao abrigo de novas normas. Tendo em conta este desígnio, foi feito um reforço substancial nesta rubrica. Também fez referência ao Complemento Especial para o Doente Oncológico, com uma verba de 850.000 euros. A par disso, ainda destacou o apoio às IPSS e Misericórdias através do programa “gerações em movimento”, a atribuição de prémios às empresas que contratem pessoas portadoras de deficiência e outras medidas para tornar a sociedade mais inclusiva.

A terminar, partilhou que se pretende combater a nova forma de exclusão – a digital. Para tal, haverá uma aposta em projetos de inclusão digital.

Terminada a sua apresentação, foi aberto o período de esclarecimentos, tendo-se inscrito o deputado Pedro Neves (PAN) que questionou o Vice-Presidente acerca da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, mais precisamente sobre a sua revisão, atualização e implementação. Perguntou, ainda, a razão de a Aerogare Civil das Lajes estar sob a tutela da Vice-Presidência.

Em resposta às questões colocadas, o Vice-Presidente do Governo dos Açores, Artur Lima, disse que o executivo de coligação PSD, CDS-PP, PPM, pretende concluir a revisitação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza durante o primeiro trimestre de 2022.

“O plano é para ser revistado e vamos naturalmente aproveitar os fundos do Programa Operacional 2021-2027 para ver o que é que temos [disponível]. Conto já durante o próximo ano, talvez no primeiro trimestre - não quero estar a ser muito otimista - já termos o plano regional”, declarou o governante. A atual estratégia contra a pobreza foi implementada pelo anterior executivo açoriano, do PS, e entrou em vigor em 2018, com o horizonte de uma década de funcionamento, mas é necessária uma reavaliação do mesmo.

Quanto à segunda questão, referiu que a Aerogare Civil das Lajes já estava na Vice-Presidência no passado e entenderam por bem que ela continuasse.

A deputada do PS Célia Pereira (PS) começou por, também, questionar o governante sobre o ponto de situação da reavaliação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 e as novas ações a implementar na Região como resultado dessa reavaliação. Questionou, ainda, se o valor de 11,9 milhões para a rubrica “igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza” em 2022 é realista e exequível, uma vez que, segundo os



dados conhecidos sobre o primeiro semestre do corrente ano, a taxa de execução naquelas áreas é de 0%.

Na resposta, o Vice-Presidente assegurou que a taxa de execução até ao momento é de cerca de 60%.

O parlamentar do Chega, José Pacheco, pediu uma “fiscalização efetiva” para a “acabar” com os “falsos pobres” que recebem o rendimento social de inserção (RSI), tendo o Vice-Presidente destacado que já foram feitas inspeções e foram abertos concursos para a contratação de inspetores.

A deputada Alexandra Manes do BE lembrou que os Açores são a região mais pobre do país e que a maioria dos beneficiários do RSI são idosos e crianças, pedindo políticas para “acabar com o estigma em torno da pobreza”. No que toca ao programa “idosos em casa”, perguntou se há alguma previsão de quantas famílias irão aderir e se o pagamento a ser feito a quem cuidar dos idosos em casa pode ser a outra pessoa que não um membro da família.

O governante explicou que o programa “idosos em casa” é de enorme alcance e por tal estão a ser cuidadosos para garantir que, todos os que queiram e possam, fiquem com os seus idosos em casa. A ideia não é pagar uma pessoa para cuidar do idoso, mas sim dar as condições às famílias para que cuidem dos seus idosos, com a ajuda de uma equipa multidisciplinar.

O deputado do PSD Rui Espínola congratulou o Governo Regional pela atualização do valor padrão pago às IPSS e Misericórdias e pela criação do programa “novos idosos”, que visa apoiar o estabelecimento dos idosos na sua residência, em detrimento da institucionalização. Perguntou, ainda, se se prevê uma tendência crescente do programa, porque há muitas famílias que querem manter os idosos em casa. Perguntou, também, se o Governo Regional equaciona um aumento de vagas nas Estruturas Residenciais para Idosos para aquelas famílias que não conseguem manter o idoso em casa.

Em resposta às questões colocadas, o governante explicou que tudo farão para ajudar os idosos e as famílias, quer fiquem em casa, quer tenham de ser institucionalizados, dando exemplos do aumento de vagas em diferentes lares da região.

Sobre esse programa, o deputado independente Carlos Furtado disse que não pretendia ver “imputadas responsabilidades às famílias por um valor menor do que aquele que é protocolado” com as IPSS. O deputado alertou também para a necessidade de criação de um mecanismo para



a integração de pessoas que beneficiam do RSI no mundo laboral, dada a enorme falta de mão de obra.

Em resposta às considerações tecidas, o Vice-Presidente explicou que o programa “idoso em casa” será feito em parceria com as IPSS e Misericórdias, que receberão apoio para a contratação de elementos para a equipa multidisciplinar. A família receberá todo o apoio necessário destas equipas sem ter de pagar qualquer valor. No que toca à última observação do deputado independente, é necessária uma conjugação de esforços - um programa articulado entre o Governo e as instituições empresariais que devem ter uma responsabilidade social.

De seguida, interveio a deputada Ana Luis (PS) que questionou o governante acerca de duas matérias relativas à ilha do Faial – em 2021 havia uma ação para o Centro de Convívio de Castelo Branco, que volta a surgir no Plano de 2022 com uma verba mais elevada (passando de 25.000 para 130.000 euros). Nesta sequência, perguntou o que foi feito com a verba anterior e o que se prevê executar no próximo ano. Perguntou, igualmente, o que tinha acontecido à ação 2.3.3. que constava no Plano de 2021, relacionada com a Santa Casa da Horta e com a APADIF, e que no Plano de 2022 surge uma ação 2.6.6. relacionada apenas com a Santa Casa da Horta.

O governante explicou que em 2021, e em relação ao Centro de Convívio de Castelo Branco, foi feito o projeto, sendo que no ano de 2022 se prevê executar a obra. Já em relação à Santa Casa da Horta, a ação mantém-se, mas passa para a ação 2.3.3 – Construção do Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta, uma construção no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Ainda da bancada socialista, pediu a palavra a deputada Célia Pereira que perguntou quais as medidas que consubstanciarão o apoio à natalidade, inscritas na ação 2.2.14, com 1.200.000 euros, e se as mesmas terão uma discriminação positiva para as ilhas de menor densidade populacional. Questionou, também, a que se destina a dotação prevista para o apoio aos cuidadores informais.

O governante explicou que a verba alocada aos cuidadores informais servirá para dar uma compensação financeira aos mesmos pelo trabalho prestado. Já em relação aos incentivos à natalidade, serão decididas medidas abrangentes estudadas com especialistas e poder-se-á discriminar positivamente os locais com menos população.

A terminar, o deputado Rui Espínola (PSD) pediu esclarecimentos acerca da intervenção que será feita na Aerogare Civil das Lajes e o que está a ser feito para a angariação de novos fluxos



turísticos para aquela aerogare, tendo sido esclarecido que esta é matéria a ser discutida na Comissão de Política Geral.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável** quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de **abstenção** com reserva para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e do IL emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Legislativo Regional n.º 22 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 9 de novembro de 2021.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)